

O Militante



BOLETIM DO COMITÉ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

A jornada do 1.º DE MAIO DE 1965

1 — A experiência demonstrou a justeza da organização da jornada do 1.º de Maio tal como o Partido a concebeu — uma grande jornada de lutas reivindicativas iniciada 2 a 3 meses antes do 1.º de Maio, culminando na comemoração do dia dos trabalhadores pelas formas mais variadas e prolongando aquelas lutas reivindicativas para além deste dia.

O apelo lançado em Fevereiro pela Comissão Executiva do Comité Central à classe operária e a todos os trabalhadores para a intensificação e generalização das lutas reivindicativas em todo o país até ao 1.º de Maio, foi escutado e seguido por muitos milhares de trabalhadores de todas as profissões. Também o artigo de «O Militante» de Fevereiro, definindo a orientação do Partido para o desenvolvimento da jornada e a discussão feita à sua volta, foram de grande utilidade para todas as organizações e militantes. Aí se definia com antecipação uma linha comum para todo o Partido relativamente à orientação da jornada nas suas linhas gerais. O manifesto do Comité Central para o 1.º de Maio publicado em Abril, já em plena campanha de lutas reivindicativas, calou fundo no coração da classe operária e de todos os trabalhadores que à voz do Partido comemoraram mais uma vez o 1.º de Maio por todo o país, enfrentando uma feroz repressão fascista.

Na base destes documentos fundamentais que foram também amplamente divulgados pela Rádio Portugal Livre, as organizações regionais e locais do Partido lançaram-se entusiasticamente ao trabalho de organização e mobilização das massas popularizando e generalizando junto delas as consignas e palavras de ordem do Partido. Por todo o país, as palavras de ordem do Partido para o 1.º de Maio foram reproduzidas em centenas de milhar de manifestos, tarjetas e cartazes, assim como em inscrições nas paredes e muros das cidades, vilas, aldeias e estradas de Portugal, chamando os trabalhadores à luta pelas suas reivindicações. Por toda a parte os trabalhadores fizeram suas as palavras de

ordem do Partido: «Pão e Trabalho! Contra a vida cara! Contra a fome e a miséria! Aumento geral de salários, ordenados e vencimentos! Por contratos colectivos que correspondam às reivindicações dos trabalhadores! Pela jornada de 8 horas nos campos! Pela Liberdade, a Paz e a Democracia!»

2 — Tal como o Partido previu, a campanha para o 1.º de Maio deu um novo impulso às lutas reivindicativas em curso e contribuiu para o desencadeamento de novas lutas da classe operária. Também como o Partido previu, verificou-se que em muitos casos a resistência do patronato e do governo em ceder às reivindicações apresentadas foi menor, preocupados como estavam em não aumentar grandemente os motivos de descontentamento e de luta à boca do 1.º de Maio.

A luta dos trabalhadores da CUF recebeu um novo impulso com a intensificação da «cera» e das reuniões e discussões de centenas de operários com os seus delegados e subdelegados à CIE no sentido de os pressionar a exigir do patronato a satisfação das suas reivindicações. Não tendo ainda obtido satisfação para as suas principais reivindicações, os trabalhadores da CUF arrancaram entretanto importantes concessões de ordem secundária. A enorme massa de 17 mil empregados bancários de todo o país passou neste período a uma fase decisiva da sua luta pela revisão do contrato colectivo, a qual culminou nas maiores assembleias sindicais dos últimos tempos para as quais foram mobilizados na mesma noite em Lisboa, Porto e Coimbra mais de 5.000 empregados que aprovaram por votação o novo contrato que não tendo satisfeito todas as reivindicações apresentadas, constituiu um passo em frente e um estímulo para novas lutas. Os empregados de imprensa de Lisboa e Porto, tal como os empregados de Seguros e os jornalistas deram novo impulso à sua luta, manifestando uma grande actividade reivindicativa na base dos respectivos sindicatos.



tos. Também os pintores da construção naval de Lisboa numa das assembleias mais concorridas desde a criação do seu sindicato participaram na discussão dum novo contrato colectivo de trabalho. Milhares de estivadores e descarregadores do Porto de Lisboa intensificaram também a sua luta por um novo contrato colectivo, realizando assembleias e reuniões no seu sindicato. Os 20.000 operários e empregados da C.P. denunciaram o contrato colectivo já desactualizado, preparando-se para a luta por um novo contrato que melhore a situação da classe. No **Baixo Ribatejo** intensificou-se em várias empresas a luta pelo aumento dos 10\$00 diários, reivindicação esta que se tornou popular em toda a região mercê dum intenso trabalho de agitação do Partido à escala regional. No **Norte** é de destacar a greve vitoriosa por aumento de salários dos operários da MABOR-DAB em princípios de Março no desfecho duma luta que se arrastava havia meses. Na **Carris de Lisboa**, num magnífico exemplo de combatividade realizam-se em Abril, durante os dias 20, 21 e 22, concentrações de 2.000 operários após vários meses de reclamações não atendidas através do seu sindicato. Também em Março-Abril os valentes operários dos mármore de **Pero Pinheiro** intensificaram a sua luta por aumento de salários tendo conquistado algumas vitórias parciais que constituíram um estímulo para a greve geral de 5.000 trabalhadores desencadeada poucos dias após o 1.º de Maio, ao apelo do Partido. É de destacar que esta greve foi precedida por uma concentração de 2.000 trabalhadores no seu sindicato, perante a qual se verificaram violentos choques com as forças repressivas.

A par das lutas que destacamos atrás, muitas centenas de outras tiveram lugar nas fábricas, nos escritórios, nos campos e outros locais de trabalho, envolvendo muitos milhares de operários industriais e agrícolas, tal como empregados, camponeses e pescadores, durante a jornada do 1.º de Maio. Nuns casos foram alcançadas vitórias e noutros os trabalhadores forjaram a sua unidade e combatividade que lhes permitirá prosseguir a luta para além do 1.º de Maio. De todas essas lutas apenas queremos destacar aqui a magnífica luta dos estudantes universitários e liceais que, principalmente em Lisboa, teve à sua volta um grande apoio popular. Durante meses, os estudantes em luta, com as suas grandes assembleias, concentrações e manifestações de rua, foram também eles criando na população de Lisboa uma expectativa entusiástica para as comemorações do 1.º de Maio. E eles próprios, estudantes, souberam corresponder ao apoio que os trabalhadores lhes foram dando ao longo da sua luta, dando por sua vez uma preciosa colaboração à manifestação do 1.º de Maio na Baixa.

Uma experiência não pequena a tirar da jornada do 1.º de Maio é que a greve como arma de luta dos trabalhadores para fazer face vitoriosamente à exploração capitalista e para fazer

ouvir a sua voz junto do governo, vai sendo utilizada cada vez mais frequentemente pela classe operária. Isto exige das organizações do Partido um estudo mais atento dos problemas e das lutas dos trabalhadores e a audácia necessária para fazer apelo a esta forma de luta superior sempre que as condições estejam maduras para tal.

O significado político da jornada reivindicativa do 1.º de Maio de 1965 traduz-se pelo facto de ter constituído uma grande parada de forças da classe operária em luta por melhores salários e contra a vida cara, por novos contratos colectivos, contra a fome e a miséria, no preciso momento em que Salazar repudiava publicamente tais movimentos reivindicativos a fim de poder canalizar todos os recursos nacionais para a guerra colonial.

3 — Sob um regime de terror fascista como o que o povo português suporta há 59 anos, privado das mais elementares liberdades, toda a acção ou manifestação de massas por mais pacífica e simples que pareça, desde que seja de molde a alterar a «ordem» fascista imposta pela força das baionetas e das metralhadoras, toma imediatamente um significado de luta política contra o regime.

É a esta luz que devemos analisar muito do que se passou durante as comemorações do 1.º de Maio.

Se nos lembrarmos que o lançamento dum simples morteiro ou foguete assim como a falta ao trabalho no dia 1.º de Maio ou ainda o lançamento de uma tarjeta ou a feitura duma simples inscrição com um viva o 1.º de Maio implicam o risco de prisão para os trabalhadores, então, muito do que foi feito por todo o país no dia 1.º de Maio será devidamente valorizado.

Concentrações de milhares de pessoas como as realizadas na região de **Oihão**, no Algarve e na região de **Grândola** e outros pontos do Alentejo, ainda que com objectivo apenas de confraternização proletária, são já em si importantes manifestações de resistência à «ordem» fascista, são em si mesmo manifestações anti-fascistas que devemos valorizar devidamente.

Em condições particularmente favoráveis de tradições e de combatividade como as da populosa vila de **Alpiarça** as massas trabalhadoras passaram do piquenique ao desfile e à manifestação através das ruas da vila impondo às próprias autoridades fascistas o reconhecimento do direito a comemorarem o dia dos trabalhadores como um dia de festa e um dia de luta.

Isto não impede, porém, que valorizemos devidamente concentrações de centenas de pessoas como as do parque do **Barreiro** que ali se juntaram para comemorar o 1.º de Maio, para afirmar dessa forma a sua vontade de resistência, mesmo quando a manifestação da sua vontade se limitou a alguns gritos e aos lampejos de ódio e desprezo pelo regime e pelas suas forças repressivas, estampados no rosto dos

trabalhadores que ali se concentraram.

De tudo isto se conclui ser um pouco «académico» e divorciado das realidades que alguns camaradas se metam a discutir se em Lisboa houve ou não houve manifestação no dia 1.º de Maio depois de tudo que ali se passou.

A descrição dos factos, tal como os conhecemos, dizem-nos que, enfrentando a campanha de intimidação fascista orquestrada na imprensa, na Rádio e T.V. e presente no aparato policial bélico dado como espectáculo ao povo de Lisboa, completado por gigantescos e frequentes stops que foram mesmo até às vésperas do 1.º de Maio; enfrentando tudo isto e uma vaga de prisões preventivas entre operários e estudantes, mais de dez mil pessoas concentraram-se entre o Rossio e a Avenida da Liberdade durante 2 horas a despeito dos «convites» repetidos continuamente por altifalantes para dispersarem. Ameaçados e insultados pela PIDE, empurrados à ponta de baioneta e com as coronhas das espingardas e pistolas metralhadoras, forçados a circular continuamente, espancados aqui e acolá, reagindo com gritos de vivas e morras, com algumas prisões pelo meio, assim se manteve, segundo todas as informações, milhares e milhares de pessoas que ali foram à voz do Partido para comemorar o 1.º de Maio e afirmar à sua vontade de resistir. Nós perguntamos: que mais é preciso para que tudo isto seja nas condições do fascismo considerado como uma esplêndida manifestação do 1.º de Maio por parte do povo trabalhador de Lisboa?

Que tudo isto podia ter sido diferente, que reunidas certas condições subjectivas de organização, agitação e outras, a manifestação da vontade das massas poderia ter alcançado uma expressão mais organizada e mais enérgica, é uma verdade que não se contesta. Diminuir, porém, a importância e significado desta manifestação política da classe operária de Lisboa é dar provas de faltas de realismo político, e não ter em conta as condições em que lutamos, é não ter em conta o carácter do fascismo.

O que se passou no 1.º de Maio de 1962 não pode servir de padrão, como o pretendem alguns camaradas, para avaliar as manifestações de 1965. Isto não quer dizer que esteja excluída a possibilidade de se repetirem manifestações como as de 1962. É mesmo muito provável que em circunstâncias políticas determinadas e previsi-

veis a amplitude e violência daquelas manifestações sejam mesmo ultrapassadas. Mas esperar que após 1962 fosse possível repetirem-se todos os anos manifestações com a mesma amplitude é não ter em conta as leis da revolução. É desconhecer os ensinamentos dos nossos mestres acerca dos inevitáveis zig-zag^s do caminho revolucionário, dos avanços e retrocessos, de fluxos e refluxos da maré revolucionária. No caso concreto é desconhecer ainda que o inimigo também aprende com os próprios erros. E na verdade o inimigo aprendeu a usar as forças repressivas mais hábilmente já que, com todos sabem, a forma cega e brutal como aquelas intervieram em 1962 contribuiu em grande medida para exacerbar o ódio das massas provocando alguns dos choques mais violentos então verificados.

A actuação da repressão fascista caracterizou-se por uma brutal repressão preventiva com a prisão de dezenas de operários de vanguarda entre os quais muitos comunistas, assim como com a ofensiva policial contra o movimento democrático estudantil antes do 1.º de Maio. Durante as várias acções e manifestações de massas no dia 1.º de Maio a actuação das forças repressivas foi mais cuidadosa, limitando-se nalguns casos, como por exemplo em Alpiarça, a vigiar de perto as comemorações dos trabalhadores e a seguir, na cauda da sua manifestação. Isto que é uma questão de táctica política calculada por parte do governo corresponde de algum modo ao reconhecimento forçado da sua impotência para impedir os trabalhadores de comemorarem o 1.º de Maio e a confirmação de que estes conquistaram esse direito pela sua combatividade e espírito de sacrifício reafirmados durante 4 anos seguidos de manifestações, marcadas para sempre com o sangue generoso da classe operária.

Por tudo isto e a despeito de muitas deficiências verificadas, a jornada do 1.º de Maio de 1965 deu um grande impulso às lutas reivindicativas da classe operária com o prova mais claramente a acção e greve dos operários de Pero Pinheiro logo após o Dia dos Trabalhadores, fortalecendo a sua unidade e combatividade, constituindo ao mesmo tempo uma importante jornada de luta política contra o fascismo, contra a guerra colonial, pela Paz, pela Liberdade e a Democracia.

«A partir de 1962, o 1.º de Maio passou a ser uma das jornadas mais sérias de combate ao fascismo. Já se disse que «as lutas do 1.º de Maio de 1962, com a repetição das manifestações em Lisboa no dia 8 de Maio e a onda de greves camponesas no Sul, constituíram uma das maiores, senão a maior jornada de luta anti-fascista desde o advento da ditadura e a maior vitória de sempre do Partido Comunista na mobilização das massas populares para uma jornada política».

Em 1963, uma série grande de greves, de paralisações, de festas, de piqueniques, de concentrações de rua e com novas manifestações de rua em Lisboa, fizeram entrar definitivamente o 1.º de Maio à cabeça das lutas políticas desencadeadas pelo P. C.

O 1.º de Maio é nosso! E os trabalhadores, à voz do Partido do proletariado, tem vindo a responder magnificamente. Em 1964, o 1.º de Maio voltou a ser uma grande jornada anti-fascista dirigida pelo Partido, encabeçada pela classe operária».

(extracto do relatório do camarada Alexandre Castanheira «Tarefas Actuais do Partido»)



A CONQUISTA DA LIBERDADE POLÍTICA A UNIDADE DA CLASSE OPERÁRIA A UNIDADE ANTI-FASCISTA E O PARTIDO

O amplo desenvolvimento do movimento operário português e do movimento democrático nacional, no seu conjunto, estão intimamente ligados à conquista da liberdade política, o que implica, necessariamente, o derrubamento da ditadura fascista. Para se atingir este grande objectivo, relativamente imediato, o caminho a seguir continuará a ser árduo, com combates de todo o tipo — pequenos, médios e grandes; pacíficos e não pacíficos — da classe operária e das massas laboriosas. Tal caminho vem sendo percorrido, mas não ainda com a firmeza e a rapidez possíveis e necessárias.

A consigna «pela conquista da liberdade política» é hoje comum a todas as forças democráticas e representa quase só por si um programa revolucionário de acção contra a ditadura. Para realizar na prática tal programa, tem-se avançado ultimamente na construção do instrumento indispensável; a unidade democrática e anti-fascista. Temos de reconhecer, porém, que muito resta fazer para unir e organizar contra a ditadura fascista tudo o que é susceptível de o ser.

Não é segredo para ninguém que alguns dirigentes de grupos políticos, democratas burgueses e de tendências socialistas, falando em unidade, procuram abrir o seu próprio caminho, arvorando ainda a esfarrapada bandeira do anti-comunismo; desviando-se assim, na prática, da unidade. Apesar dos resultados negativos colhidos numa longa experiência, procuram uma legalidade para eles, como se tal fosse possível nas condições do fascismo. Assim, num comunicado recente, o grupo Acção Democrática e Social foi mesmo ao ponto de repetir a área, tão conhecida, que a própria ditadura salazarista alimenta o comunismo, que Salazar é o principal responsável pelo desenvolvimento do comunismo em Portugal (!)

Tal atitude não favorece a união e a luta dos anti-fascistas e das massas populares. Ao contrário, dificulta-a, enfraquece-a, e só a camarilha fascista de Salazar pode com isso beneficiar.

Alguns homens políticos, e mesmo a direcção de um ou outro grupo político democrático, pensam e actuam com vista a uma unidade sem os comunistas, julgando assim, pela centésima vez, poder obter a «compreensão» do ditador Salazar e da sua camarilha, a adesão e a «compreensão» de sectores mais conservadores, que durante os longos anos do fascismo têm limitado o seu papel ao de expectadores passivos, contando até com a adesão de muitos partidários do regime, mais ou menos desiludidos.

Através dos anos, os frutos colhidos duma tal tática política têm sido bem amargos para os seus autores e defensores, mas mais amargos ainda para o povo português, que suporta mais duramente as consequências nefastas da política anti-nacional de Salazar. Não obstante, na esperança de obterem, só para si, uma liberdade qualquer de se organizarem, uma liberdade qualquer de actuação política, tal tática não tem sido abandonada. Os resultados são e serão os mesmos, porque a ditadura não se nega: tem de ser derrubada e destruída. A unidade de acção de todos cujos interesses e aspirações têm sido espezinhados pela ditadura dos monopólios e dos grandes agrários, de todos os que aspiram à liberdade num Portugal libertado, eis o caminho que leva à destruição da ditadura. A discriminação, em relação a qualquer força, e aos comunistas especialmente, só serve objectivamente os interesses do fascismo e é por isso contrária aos interesses dos democratas e do povo português.

Alguns homens políticos, e mesmo a direcção de um ou outro grupo político desejariam (e nesse sentido actuam) que outros grupos e partidos políticos (o Partido Comunista Português, em particular) aceitassem a sua linha de orientação e se submetessem a ela, desempenhando assim um papel meramente subalterno, de simples força de apoio. Desta maneira, chegam a dizer, a unidade seria relativamente fácil.

Pensam mal e actuam pior esses políticos. Os conceitos que defendem e as pretensões que os dominam não são realistas, pois além de não conduzirem a qualquer espécie de unidade válida da Oposição, apoiam objectivamente a política de divisão das forças democráticas, fomentada e agitada pela camarilha fascista, sob o estandarte estafado do anti-comunismo.

A unidade de acção das forças democráticas e anti-fascistas pela liberdade política e a democracia não comporta, e não pode comportar, abdições nem dependências de qualquer espécie. É por isso absoluta a independência política e orgânica de cada uma das forças coligadas ou a coligar.

A unidade realiza-se na acção e para a acção, isto é, chega-se à unidade através das acções de massas e da sua organização, por meio de acordos entre partidos, grupos políticos e individualidades democráticas independentes, por objectivos políticos comuns. Subscritos tais acordos,

a todos se impõe o mesmo dever: respeitá-los escrupulosamente, lutando pela sua concretização prática, com as suas próprias forças, e mutuamente, com as restantes forças unidas. Dispondo apenas das energias próprias, nenhuma força política democrática, incluindo o Partido Comunista Português, está em condições de levar a cabo a tarefa do derrubamento da ditadura, na actual situação histórica do nosso País. Para alcançar, a curto prazo, esse objectivo, impõe-se a união dos esforços de todos os que se opõem ao fascismo e aspiram à liberdade.

Côncio dessa realidade, e inspirando-se sempre na defesa dos interesses do proletariado, do povo e do País, o Partido Comunista Português, através dos longos anos de fascismo em Portugal, nem um só dia deixou de defender a união de todas as forças democráticas e anti-fascistas.

O Partido Comunista Português é parte integrante e activa da F.P.L.N.. Apoiando-a com todas as suas forças, de forma a alargá-la e a fortalecê-la, o Partido Comunista Português não poupa esforços para que a unidade anti-fascista englobe efectivamente todas as forças adversárias do fascismo.

Lutando pela organização e união da classe operária, pelo fortalecimento dos laços que a ligam aos camponeses e pela transformação de tais laços em sólida aliança, lutamos pela criação duma base firme, verdadeiramente impulsionadora da unidade de acção de todas as forças anti-fascistas, e da garantia de uma vitória decisiva sobre a ditadura, os monopólios e os grandes agrários que esta representa e serve contra os interesses do povo e do País.

É através da luta diária pelas suas reivindicações económicas, sociais e políticas que a classe operária forjará a sua unidade e a sua organização. Organizar e unir para lutar, lutar para unir e organizar, tal é uma das principais consignas do nosso Partido. E esta é a única condição válida para a classe operária desempenhar o seu papel determinante na vida política nacional, e ser na realidade a sólida base da união do que há de são e progressivo no País.

A actividade partidária de massas, em particular a propaganda e agitação, deve ser orientada no sentido do esclarecimento aprofundado de que todas as pequenas, médias e grandes batalhas do proletariado e das massas populares por reivindicações limitadas são o ante-acto da grande batalha generalizada pela conquista da liberdade política. Conquistada esta, como resultado do derrubamento da ditadura fascista e destruição do Estado fascista, estarão criadas as condições indispensáveis para a classe operária se poder unir e organizar amplamente — para o desenvolvimento em grande do movimento operário revolucionário nacional e da democracia em Portugal.

Mas é preciso que não alimentemos ilusões falhas de sentido pensando que a classe operária, nas condições de uma ditadura fascista, pode organizar-se e unir-se em grande escala. A conquista da liberdade política é absolutamente indispensável para que a classe operária possa unir-se e organizar-se amplamente e libertar-se assim, definitivamente. Para se libertar, dizia Lênine, a classe operária precisa de se unir e, para tal, logo acrescentava: «é preciso ter a liberdade de se unir, o direito de se unir, é preciso gozar da liberdade política».

* * * * *

Uma vez traçada uma justa linha política, todo o desenrolar de um processo revolucionário, como o do nosso País, está indissolúvelmente ligado à organização e, em primeiro lugar, à existência de um forte Partido Comunista ligado às largas massas trabalhadoras e gozando de larga aceitação entre os vastos sectores das massas laboriosas e progressistas.

A organização da classe operária é a expressão real da sua unidade, é a arma e o meio sem o qual a sua luta de classe contra a burguesia não pode ser levada a bom termo; só a organização permite que a classe operária jogue todo o seu peso na luta pelo derrubamento da ditadura fascista e una à sua volta as largas massas populares para a conquista de uma verdadeira democracia em Portugal. Por isso se encerra a organização para actuar imediatamente por objectivos bem precisos, modestos de início, mas mais ambiciosos à medida que se vai ganhando experiência e os militantes se vão temperando e adquirindo capacidade de direcção. O princípio: organização formada, organização e agir entre as massas operárias, deve orientar todo o trabalho organizativo partidário e extra-partidário dos militantes do Partido, com vista a conduzi-las diariamente ao combate pelo pão, a democracia, o socialismo e a paz.

Embora se note em geral um acréscimo de lutas, continua a verificar-se nuns lados a ausência de lutas de massas, o seu reduzido número e baixo nível noutros, numa altura em que o agravamento da situação económica das massas se acentua e em que a exploração da classe operária é levada quase ao extremo pelos monopólios. Esta situação encontra a sua explicação principal na falta de organização ou no baixo nível desta, tanto no ponto de vista partidário como unitário de classe. Naturalmente que o baixo nível de classe que se observa em vastos sectores do proletariado português, assim como a ausência ou tremenda debilidade da organização partidária e extra-partidária representam um factor negativo no desenvolvimento das lutas de massas, tanto em número como em grandeza. A grande campanha ideológica conduzida diariamente pelos monopólios nas escolas e através da imprensa, rádio, teatro, cinema, televisão, e até da simples canção e de outras formas mais ou menos subtis, visa perverter a consciência da classe operária e restantes massas trabalhadoras e impedir que se desenvolva o seu espírito de classe, para melhor e mais facilmente a submeter a ritmos infernais de trabalho e uma exploração cada vez mais desenfreada. E deve dizer-se que, neste aspecto, o mito da «harmonia» de classes alguns éxitos tem obtido.

A resposta a esta situação só pode ser e deve ser dada através de um intenso trabalho de



organização e esclarecimento, e de uma verdadeira batalha ideológica contra a ideologia burguesa. Intensificar o trabalho de organização nos sectores mais importantes do ponto de vista industrial e de concentração do proletariado agrícola, elevar o nível da propaganda e agitação partidárias, e as duas tarefas inadiáveis, que bem podem fundir-se numa só de tal forma se completam, se quisermos vencer o atraso em que nos encontramos.

Consolidar, por meio de uma eficiente estruturação todas as organizações do Partido, levar a organização partidária às principais grandes empresas industriais e às regiões de concentração do proletariado agrícola mais evoluído do ponto de vista político e de tradições de luta, criar sempre organismos intermédios de direcção, assim podemos resumir, no momento actual, as tarefas mais importantes dos comunistas, no terreno organizativo e unitário da classe operária e das forças anti-fascistas.

É sabido que uma das orientações fundamentais do nosso Partido é o da união das forças democráticas e anti-fascistas contra a ditadura. Nos últimos tempos, deram-se novos passos nesse sentido. Sejam no entanto realistas: também aqui será a organização a decidir a questão do alargamento e desenvolvimento constante da unidade de acção anti-fascista.

A unidade de acção é de facto a única que deve interessar os comunistas, pois é na acção que se fortalecerão os laços dos combatentes anti-fascistas e que será posta à prova a justeza da linha geral unitária do Partido. Se a união das principais forças democráticas é condição indispensável para derrubar mais rapidamente a odiada ditadura fascista, o principal campo de acção dos comunistas é na base que se encontra, isto é, entre as massas. É daqui que deve partir fundamentalmente a nossa acção unitária com vista às lutas das massas trabalhadoras da cidade e do campo.

Factor decisivo para o desenvolvimento da unidade de acção é o fortalecimento do Partido Comunista, quer pela sua organização (mais pela qualidade que pela quantidade), quer pelas acções de massa que ele conduza passo a passo. A sua influência e acção ver-se-iam reduzidas se, ao contrário do que desejamos, a organização do Partido enfraquecesse.

Prosseguindo a política de unidade traçada pela direcção do Partido, a tarefa fundamental dos comunistas, na hora presente, é forjar um Partido capaz de conduzir regularmente acções de massas de todo o tipo, das mais pequenas lutas reivindicativas até às greves económicas e políticas e às grandes manifestações de rua com choques mais ou menos violentos com o aparelho repressivo fascista.

Esta é a via natural capaz de levar o Partido do proletariado a influenciar decisivamente todo o desenvolvimento unitário contra a ditadura fascista, pela instauração da verdadeira democracia em Portugal, pelo socialismo!

UNIDADE DAS FORÇAS DEMOCRÁTICAS E PATRIÓTICAS IMPERATIVO DA SITUAÇÃO NACIONAL

«A classe operária e as massas populares têm mostrado, na luta, que aprovam a política unitária do Partido. A unidade da classe operária, a unidade das massas populares, revelando-se sempre, em todas as batalhas, pequenas e grandes, económicas e políticas, contra a ditadura, têm sido um alto exemplo para as forças políticas. Os grandes mestres das forças democráticas em matéria de unidade, têm sido a classe operária e as massas populares. E, porque o povo português se habituou a ver os comunistas sempre à frente das lutas contra o regime, porque sabe que ninguém mais que os comunistas portugueses tem sofrido para libertar Portugal da tirania fascista, porque nenhuma outra voz como a voz do Partido o esclarece, o ajuda, o orienta, nunca aceitou a política tendente a isolar o Partido Comunista, que, numa ou noutra época, um ou outro agrupamento democrático tentou levar a cabo. Em Portugal, quem esteja

pela unidade das forças anti-fascistas ganha a simpatia das massas populares. Quem apregoe e atice a divisão isola-se delas.

A unidade das forças políticas anti-fascistas resulta da unidade da classe operária e da unidade popular na luta contra a ditadura e apoia-se nela. Nas lutas persistentes, incansáveis e heróicas dos operários industriais, dos assalariados rurais, dos camponeses, dos estudantes, dos intelectuais, dos militares, unem-se portugueses e portuguesas de todas as tendências políticas. Há comunistas, há socialistas, há liberais. Mas a grande maioria dos portugueses são acima de tudo anti-fascistas. Este sentimento geral opõe-se à divisão entre anti-fascistas, e, se esta se manifesta, o povo não compreende e critica».

(extracto do relatório do camarada
Álvaro Cunhal «Rumo à Vitória»)

À UNIDADE DO MOVIMENTO COMUNISTA INTERNACIONAL E AS DIVERGÊNCIAS EXISTENTES SOBRE OS PROBLEMAS DA PAZ E DA COEXISTÊNCIA PACÍFICA

(Extractos do relatório apresentado
pelo camarada SÉRGIO VILARIGUES

à reunião do Comité Central em Janeiro de 1965)

A continuação das divergências surgidas há anos no seio do movimento comunista internacional tem sido um factor altamente negativo no desenvolvimento da luta da classe operária e das massas trabalhadoras pelas suas reivindicações de carácter económico, pela paz, a democracia, o socialismo. Ao mesmo tempo prejudica grandemente o desenvolvimento das lutas nacionais libertadoras dos povos que gemem ainda sob o jugo do imperialismo e do colonialismo, assim como a consolidação da independência daqueles países que a ela ascenderam recentemente. Porque, em certa medida, as divergências foram por alguns partidos transportadas para as relações entre Estados socialistas (relações comerciais, económicas, litígios de fronteiras) a não se procurar pôr-lhes rapidamente termo poderão conduzir a uma cisão aberta no movimento comunista internacional e pôr em causa a unidade do campo socialista. Um tal facto acarretaria consequências nocivas difíceis de calcular à causa do proletariado e à luta nacional libertadora dos povos oprimidos e retardaria de anos o avanço da humanidade para a sua libertação completa.

O perigo real da cisão não está afastado. Por isso, há razão mais que suficiente para todos os comunistas, todos os trabalhadores conscientes, todos os homens progressivos e amantes da paz estarem profundamente preocu-

pados. (...)

As divergências tomaram volume, provocaram uma polémica pública, por vezes violenta e insultuosa por parte de alguns. Na nossa opinião tal polémica não favoreceu a solução das divergências. O estudo a que obrigou não compensou ao contrário do que alguns afirmam, os prejuízos já causados ao movimento comunista internacional. Não somos adeptos de provocar tumores num corpo pelo prazer de constatar-mos depois que após uma operação cirúrgica o corpo ganhou de novo pleno vigor. Somos antes adeptos da medicina que consiste em evitar o seu aparecimento.

Por outro lado, é inegável que o imperialismo mundial, com os Estados Unidos à cabeça, tem procurado tirar proveito das divergências, tornando-se mais arrogante nas suas acções contra a liberdade e independência dos povos — contra a paz.

Esta realidade impõe a todos os Partidos Comunistas e Operários a obrigação de procurarem solucionar as divergências por meio de uma conferência. A luta contra o imperialismo, pelo desarmamento e a paz, pela democracia e o socialismo precisa de ser conduzida com vigor cada vez maior à escala mundial na mais estreita união e coordenação de todos os partidos, na base da linha geral elaborada em comum. (...)

OS DESEJOS DOS IMPERIALISTAS NÃO SE REALIZARÃO

Os imperialistas esfregam as mãos de contentes em face das graves divergências surgidas no movimento comunista internacional, porque têm esperanças que delas resulte um afrouxamento da luta dos povos pela sua libertação e a própria cisão do movimento comunista internacional e a divisão do campo socialista. Apesar da gravidade das divergências, do complexo que é eliminá-las, os acontecimentos à escala mundial, tanto no terreno da construção do socialismo e do comunismo nos países socialistas, como no da luta da classe operária e das massas trabalhadoras de todos os países pelas suas reivindicações mais imediatas, como na luta nacional libertadora dos povos pela sua independência, e

na luta das massas populares em todos os países em defesa da Paz são sucessos importantes que não podem nem devem ser subestimados, mostram que os imperialistas não verão realizadas as suas esperanças. Há grandes dificuldades a vencer em terrenos da nossa luta, pelo triunfo da causa da democracia, do socialismo e da paz, mas elas serão vencidas como têm sido vencidas outras dificuldades não menores dos movimentos revolucionários.

Não há razão nenhuma para sermos pessimistas, mas há todas as razões para medirmos bem a gravidade da situação com espírito de responsabilidade.



O imperialismo procura aprofundar as divergências surgidas no movimento comunista internacional por meio de uma grande e bem conduzida campanha ideológica à escala mundial e por toda a série de intrigas. Não o faz por um simples prazer de jogo mas porque sabe bem que a divisão do movimento comunista e operário internacional, e em primeiro lugar do campo socialista é, na nossa época, praticamente a única chance que tem de sobreviver por um espaço de tempo mais ou menos longo. Que o imperialismo assim actue nada é para espantar. De espantar seria que não aproveitasse a situação criada com vistas a vibrar golpes aqui é ali no movimento operário, democrático e nacional libertador. Que os Partidos Comunistas e Operários não se apercebessem a tempo do perigo existente e não fizessem tudo para pôr termo às divergências, para impedir a todo o custo a cisão, é que já seria para espantar. Mais do que um erro, seria um crime que a história não lhes perdoaria. A realização da conferência é o melhor meio para impedir a cisão.

O imperialismo tem-se tornado cada vez mais arrogante intervindo mais abertamente no Vietnã e no Congo levando a efeito novas provocações contra o Camboja, no Laos, em Cuba, fomentando e financiando golpes de estado reac-

cionários em vários países, como no Brasil, por exemplo, e ameaçando ir mais adiante. Este é já um resultado negativo que somos obrigados a filiar em boa parte nas divergências surgidas no nosso movimento e no trabalho fraccionalista e cisionista que delas derivaram levado a cabo por alguns.

A continuação das divergências no movimento comunista internacional não enfraquece apenas estes, enfraquece também todos os movimentos democráticos, de paz, de libertação nacional, assim como as organizações nacionais e internacionais sindical, da juventude, das mulheres, dos partidários da paz, etc. O que tudo isto significa não vale a pena repeti-lo.

Nestas condições, só quem não tenha em vista a unidade do movimento comunista internacional na base do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário, na fidelidade e respeito pelas decisões das Conferências de 1957 e 1960, do respeito pela disciplina internacional, do respeito absoluto pelo princípio da não ingerência na vida interna de uns partidos por outros, do respeito pela independência dos Partidos, só quem não tenha tudo isto em conta, pode pôr obstáculos à realização de uma Conferência dos Partidos Comunistas e Operários. (...)

A POLÍTICA DE COEXISTÊNCIA PACÍFICA

IMPERATIVO DA ÉPOCA ACTUAL

Entre os problemas em litígio destaca-se o da política da coexistência pacífica e da paz. (...)

Na Declaração de 1957 diz-se expressamente:

« Os Partidos Comunistas e Operários participantes nesta Conferência declaram que o princípio leninista da coexistência de dois sistemas que — dadas as condições actuais — foi objecto de novos desenvolvimentos nas resoluções do XX Congresso do PCUS constitui o fundamento inabalável da política externa dos países socialistas, a base mais sólida da paz e da amizade entre os povos. Aos interesses da coexistência pacífica correspondem os 5 princípios anunciados em comum pela República Popular da China e a da República da Índia, e também as disposições adoptadas pela Conferência dos países da Ásia e África em Bandung ».

Na Declaração de 1960 diz-se expressamente:

« O princípio leninista, da coexistência pacífica e da competição económica entre os países socialistas e capitalistas constitui a base imutável da política externa dos países socialistas ». E noutra passagem:

« Estando o mundo dividido em dois sistemas, o único princípio justo e razoável de relações

internacionais é a coexistência pacífica dos Estados com regimes sociais diferentes; princípio formulado por Lênine e desenvolvido na Declaração de Moscovo e no Manifesto da Paz de 1957, nas decisões dos XX e XXI Congressos do Partido Comunista da União Soviética, assim como em outros documentos dos outros Partidos Comunistas e Operários ».

E ainda noutra passagem:

« Ou a coexistência pacífica entre Estados com regime diferente ou uma guerra destruidora, tal é a questão que se coloca hoje. Não há outra saída ».

Vê-se assim que não polemizamos por prazer e muito menos para desagradar ou atacar quem quer que seja. Defendemos, isso sim, a linha geral do Movimento, Comunista Internacional e lutaremos com toda a nossa energia contra as deturpações dos factos e para que a verdade histórica seja reposta no seu lugar.

Se algum partido pensa que tem havido erros na aplicação da justa política de coexistência pacífica não tem mais do que colocar o problema aos outros partidos pelas vias normais para ser analisado. Uma conferência internacional é

o melhor meio para isso.

Num relatório ao 7.º Congresso dos Soviéticos da Rússia, 5/12/1919, referindo-se às repercussões internacionais que as propostas de paz do governo soviético tinham alcançado e ao tratado que acabava de ser concluído com o político norte-americano Bullitt, Lênine salientava:

«E todas as simpatias mesmo dos pequenos-burgueses, mesmo da burguesia porque por pouco instruída que ela seja, lembrar-se-á que ela própria se batera outrora contra os seus tzares e os seus reis, estão ao nosso lado, porque nós na qualidade de negociadores assinamos as condições de Paz mais duras e dissemos: «O preço do sangue dos nossos operários e dos nossos soldados é-nos demasiado caro; para ganhar a paz nós pagar-vos-emos, na vossa qualidade de negociadores, o preço de um pesado tributo; aceitamos estas duras condições para salvar a vida dos operários e camponeses». E sublinhava ainda «a nossa firme vontade de praticar uma política de Paz».

Era assim que se pronunciava Lênine admitindo compromissos com os Estados capitalistas sempre que fossem de encontro aos interesses do proletariado e dos camponeses. Naturalmente que Lênine não se esquecia de sublinhar que «Suprimir a guerra é vencer o capital, e é neste espírito que o poder dos soviets estimulou a luta».

O nosso Partido sempre se guiou e guia por esta mesma ideia. A coexistência pacífica é a base em que assenta a política externa da União Soviética e dos outros países socialistas, ela é um produto e um factor do processo revolucionário mundial.

A coexistência pacífica não nega a luta de classes como falsamente dizem os seus detractores. Tão pouco nega a necessidade da luta dos povos oprimidos contra os seus opressores, seja qual for a forma que venha a tomar, violenta ou pacífica. São as condições concretas em cada país dado e o seu povo que determinam sempre as formas de luta a empreender para se libertar. Longe de dificultar a luta armada lá onde ela seja imposta ao proletariado para tomar o poder, e dos povos oprimidos pela sua independência, a política de coexistência pacífica entre Estados com regimes sociais diferentes, facilita-a.

Em Portugal, a perspectiva política para o derrubamento da ditadura fascista é a insurreição popular.

O nosso Partido chegou a esta conclusão depois de uma análise da situação nacional, e das características do Estado actual português e não por desejar a violência e muito menos por os comunistas portugueses serem adeptos dela. É a vida que nos coloca ante esta necessidade. O emprego da violência é-nos imposto pela camarilha fascista de monopolistas sem pátria que

oprima e escraviza o povo português há já cerca de 40 anos. O Partido Comunista Português não confunde, pois, a coexistência pacífica entre Estados com regimes sociais diferentes, com a coexistência entre classes antagónicas tanto na escala nacional como na internacional — entre o proletariado e a burguesia.

A coexistência pacífica é uma forma superior da luta de classes numa ampla escala, imposta aos inimigos do proletariado e da paz, o imperialismo e não desejada por ele. Por isso não tem cabimento a afirmação dos camaradas chineses e dos seus seguidores entre nós, segundo a qual a política de coexistência pacífica não pode substituir as lutas revolucionárias dos povos. E não tem, porque o princípio da coexistência pacífica não comporta uma tal alternativa. Tem sido justamente a luta revolucionária do proletariado e dos povos, a criação mais preciosa da classe operária, que é o campo socialista e o aumento constante da sua potência, poder e atracção e de exemplo para centenas de milhões de pessoas simples no mundo que não cessa de alargar, tem sido a luta nacional libertadora dos povos oprimidos concretizada no quase completo desmoronamento do sistema colonial, tem sido a largueza que a luta dos povos pela causa sagrada da paz tomou, tudo isto é que tem imposto ao imperialismo rapace e agressivo a política da coexistência pacífica.

É nestas condições que nós encaramos a possibilidade real de nos dias de hoje se poder impedir os imperialistas de mergulhar o mundo numa nova guerra, que não poderia ser outra senão uma guerra termo-nuclear devastadora.

Os povos oprimidos não só têm o direito de conquistar a sua independência, quer a luta por ela comporte ou não uma cruenta guerra de libertação nacional.

O Partido Comunista Português tem-se pronunciado pelo direito dos povos das colónias portuguesas a pegar em armas, contra os seus opressores. Mais do que isso: tem apoiado e tem sido solidário com a luta armada dos povos de Angola, Guiné e Moçambique. Não poucos comunistas portugueses têm pago com a prisão, as piores torturas e até com a vida a sua activa participação na luta contra a criminoso guerra conduzida pelos colonialistas portugueses, ajudados pelos seus patrões de Washington, Londres, Bona, Paris, etc., contra os povos coloniais que lutam pela sua libertação. O nosso Partido considera os povos das colónias portuguesas aliados do proletariado português na luta que conduzem contra a camarilha fascista e colonialista portuguesa e desenvolve esforços para reforçar os laços de combate e de solidariedade que os une nessa luta comum, segundo o princípio de que um povo que oprime outro povo não pode ser livre.



A POLÍTICA DE COEXISTÊNCIA PACÍFICA ENTRE ESTADOS COM SISTEMAS SOCIAIS DIFERENTES É ESSÊNCIA DO PRÓPRIO SOCIALISMO TRIUNFANTE

No discurso de encerramento do PC (b) R; 28/5/1921, Lênine salientava que, « As potências imperialistas apesar de todo o seu ódio e desejo de se atirar sobre a Rússia Soviética, renunciaram a este desígnio porque a decomposição do mundo capitalista se processa progressivamente e a sua unidade não cessa de diminuir enquanto que a pressão exercida pelos povos coloniais oprimidos, que contam mais de 1 bilhão de habitantes, se acentua cada ano, cada mês e mesmo cada semana. Mas nós não podemos emitir nenhuma conjectura a este respeito. Actualmente, é pela flossa política económica que exercemos sobretudo a nossa influência sobre a revolução internacional. Toda a gente tem os olhos fixos sobre a República Soviética da Rússia, todos os trabalhadores em todos os países do mundo; sem nenhuma excepção e sem o menor exagero. Este resultado está atingido. Os capitalistas não podem silenciar mais nem dissimular; eis porque eles exploram sobretudo os nossos erros económicos e a nossa fraqueza. A luta está colocada neste terreno à escala mundial. Levemos esta tarefa a bom termo e então teremos ganho à escala internacional de maneira segura e definitiva. Assim, as questões de edificação económica revestem para nós uma importância excepcional. Devemos alcançar a vitória nesta frente por um avanço, por um progresso lento e gradual (nós não poderíamos fazê-lo rapidamente), mas sem desfalecimentos ».

O problema da coexistência pacífica e da competição económica, entre Estados socialistas e Estados capitalistas está aqui definido magistralmente por Lênine com um optimismo que galvaniza e mostra com toda a clareza que esta política não é uma capitulação da luta de classes, não é sabotar a luta dos povos oprimidos, não é nenhum alimento da contradição principal da nossa época entre o socialismo e o capitalismo.

A coexistência pacífica, a competição económica, « não é a paz com o capitalismo, é a guerra sobre um outro terreno. A guerra das armas e dos tanques dá lugar à guerra económica », dizia Lênine.

Era assim que Lênine se pronunciava há 43

anos, quando a União Soviética era uma ilha no meio do mar capitalista, enfraquecida e arruinada por 3 anos de guerra imperialista e 4 anos de guerra civil: Hoje, a União Soviética é a segunda potência industrial do mundo. Depois de ter terminado a construção do socialismo, entrou em grande na construção da base material e técnica do comunismo. Ao seu lado nasceram outros Estados socialistas, na Europa, Ásia e América Latina. Por outro lado, a pressão exercida pelos povos coloniais, a que se referia Lênine, em 1921, deu lugar à luta aberta contra o imperialismo e o seu odioso sistema colonial que conduziu, nos nossos dias, à independência de dezenas de países e ao quase completo desmoronamento do sistema colonial. Como, nestas condições, há revolucionários que se mostram tão descrentes do resultado da justa política de competição pacífica no terreno económico entre os dois sistemas antagónicos? Ao pregarem a guerra revolucionária a todo o custo para vencer o imperialismo não mostrarão eles descrença nas forças do campo socialista e do movimento comunista e operário internacional e mesmo um certo desespero ante as dificuldades que a luta pela construção do socialismo e para acabar com o capitalismo e o imperialismo comporta? Na nossa opinião a fraseologia ultra revolucionária de alguns é filha directa dessa descrença e dessas dificuldades que a luta comporta.

Não obstante as vitórias consecutivas da aplicação do princípio da coexistência pacífica, os sectários esquerdistas e dogmáticos de todas as latitudes continuam a clamar contra ela, pregando o « ferro e o fogo » em todas as circunstâncias e situações, mesmo que tal possa custar destruições sem fim e a morte de centenas e centenas de milhões de seres humanos.

Assim, 50 países não alinhados, reunidos recentemente, pronunciaram-se pela política de coexistência pacífica entre Estados com regimes sociais diferentes, pelo desarmamento geral e completo; pela liquidação das bases militares estrangeiras em todos os países; pelo direito à auto-determinação e independência dos povos e direito à livre exploração das riquezas naturais; pela cooperação para reduzir o atraso dos países em via de desenvolvimento. Tal foi o programa adoptado pelos representantes de quase metade dos países do mundo com um terço da população mundial, na Conferência do Cairo no passado mês de Outubro.

Tendo-se pronunciado também contra a disseminação das armas nucleares e resolvido convidar todos os países a absterem-se de as fabricarem e de as experimentar e não permitirem o acesso ao seu território aos veículos transportando essas armas, deram uma nova contribuição à causa da paz e mostraram que o Tratado de Moscovo sobre a cessação parcial das experiências nucleares, que praticamente todos assinaram, não os impede de continuarem a lutar pela completa cessação das experiências e contra a sua fabricação e muito menos os impede de continuarem a lutar pela sua completa independência.

A PAZ CAUSA SUPREMA DOS POVOS

Como sublinhou a Conferência de Moscovo de 1960 o problema mais importante dos nossos dias é o da guerra e da paz. Com os meios de destruição hoje existentes, uma guerra causaria destruições sem precedentes em países inteiros e transformaria em ruínas precisamente os centros mais importantes da produção e da civilização. Centenas de milhões de pessoas pereceriam logo na primeira fase da guerra, incluindo

em países à margem dela.

O imperialismo norte-americano criou um gigantesco aparelho de guerra, organizou pactos militares agressivos em várias zonas do mundo, procurando por este meio arrastar os povos dessas zonas na realização dos seus planos agressivos, mantém bases de guerra em dezenas de países, incluindo Portugal. A remilitarização da Alemanha Ocidental processa-se cada vez

com mais amplitude, os belicistas norte-americanos de mãos dadas com os revanchistas de Bona procuram pôr em execução o projecto de uma força nuclear multilateral da OTAN agravando, assim, o perigo das provocações bélicas na Europa, em particular por parte do imperialismo alemão que visa planos agressivos e de revanche.

O principal inimigo da paz no mundo é o imperialismo norte-americano. Visando objectivos expansionistas e de hegemonia mundial, os belicistas dos Estados Unidos não querem aceitar a mais pequena redução do seu gigantesco aparelho de guerra e sabotam, uma após outras, as iniciativas de paz propostas pela União Soviética e outros países pacíficos.

Entretanto devido à firme política da União Soviética e dos outros países socialistas e a sua potência crescente, a posição decidida contra a guerra por parte dos países não alinhados, à amplitude da luta dos partidários da paz em todo o mundo, com a classe operária à cabeça, os povos alcançaram já uma vitória importante no caminho da distensão internacional concretizada no Tratado de Moscovo pela cessação parcial das experiências de armas nucleares.

Esta vitória dos povos, como os recuos que os imperialistas foram forçados a fazer nos últimos anos quando já iam lançados na aventura bélica, como, por exemplo, no caso do Egipto, mostra a justeza da tese da Declaração de Moscovo, de 1960, de que chegou o tempo em que se pode combater as tentativas dos agressores imperialistas de desencadear uma guerra mundial. « Pelos esforços conjugados do campo socialista mundial, da classe operária internacional, do movimento de libertação nacional, de todos os países que se levantam contra a guerra e de todas as forças pacíficas, a guerra pode ser conjurada ».

« No momento actual, o curso das relações internacionais é determinado pela luta dos dois sistemas mundiais, pela luta das forças do socialismo, da paz e da democracia contra as forças do imperialismo, da reacção e da agressão. E nesta a superioridade do socialismo, da paz e da democracia, torna-se cada vez mais evidente ». (Declaração de Moscovo de 1960).

De então para cá, a correlação de forças no mundo, mau grado as divergências surgidas no movimento comunista internacional, não tem cessado de evoluir num sentido favorável ao socialismo e à paz.

Sendo nós contrários à política de tudo ou nada, consideramos o acordo obtido no Tratado de Moscovo, ainda que parcial, como uma importante vitória das forças da paz e do movimento operário e comunista internacional. É por vitórias parciais que se chega sempre à vitória total. Os acordos parciais, desde que representem novos passos no caminho da distensão internacional e do desarmamento, são de desejar. Mais do que isso: devemos lutar por eles sem

desfalecimento. Cada sucesso parcial aumenta a confiança da classe operária, das massas trabalhadoras e dos povos para novas e maiores batalhas e por novos e maiores sucessos.

Com maior energia nós condenamos a tendência que visa subestimar a perspectiva catastrófica de uma guerra termo-nuclear (...)

Os comunistas portugueses querem construir o socialismo e o comunismo em Portugal a partir do que já está criado e não sobre ruínas fumegantes.

Como é sabido, Portugal está atrelado ao carro de guerra do bloco agressivo do Atlântico e em seu território existem bases ao serviço desse bloco. Se bem que parceiros maiores que Portugal na OTAN, os Estados Unidos, a Alemanha Ocidental e França, possuem bases militares próprias em território português não sendo um segredo que a partir delas se visa atacar a União Soviética e os outros países socialistas da Europa. O povo português deve saber que em caso de guerra, os países socialistas agredidos ripostariam para destruir as bases de ataque do inimigo e que bastarão 3 ou 4 bombas termo-nucleares para reduzir Portugal a um montão de ruínas e tornar praticamente impraticável durante muito tempo a vida nas regiões mais directamente atingidas.

Onde, com quem, e em que condições em tal caso construiríamos o socialismo e o comunismo?

Se dizemos a verdade à nossa classe operária e ao nosso povo não é para os aterrorizar e pôr de joelhos ante o imperialismo estrangeiro e a camarilha fascista de Salazar, é, ao contrário, para os mobilizar nos combates pela liquidação das bases estrangeiras no nosso país, pelo derubamento da ditadura fascista, pela saída de Portugal do Pacto do Atlântico, por uma política de não alinhamento em quaisquer blocos militares, pela cessação total das experiências com armas nucleares e pela sua destruição completa, pelo desarmamento geral, pela defesa da causa da paz.

Procedemos assim porque sempre pensámos que esconder a realidade e a verdade aos povos é enganar-los, desmobilizá-los e desarmá-los ante a monstruosidade de uma guerra termo-nuclear e dos que a fomentam e preparam, os imperialistas.

A luta pela revolução socialista está intimamente ligada à luta pela defesa da paz mundial, é sua parte integrante.

É pela sua obra de paz, pela construção do socialismo e do comunismo a ritmos rápidos que os países socialistas exercem uma influência cada vez maior sobre os trabalhadores e os povos de todo o mundo. Cada um de nós sabe, por exemplo, da grande influência que tem exercido sobre milhões de pessoas de todo o mundo os sucessos alcançados pela União Soviética no terreno da conquista do Cosmos, das pesquisas nucleares, na construção de enormes barragens hidro-eléctricas, etc., assim como dos sucessos alcançados nos terrenos económico, científico e cultural por todos os países



socialistas. É que não se trata de simples propaganda ou de perspectivas futuras, trata-se de coisas palpáveis e visíveis e os povos gostam de sentir com as suas próprias mãos e ver com

os seus próprios olhos. Só os factos podem mostrar aos olhos de centenas de milhões de pessoas a superioridade real do regime socialista e levá-los a decidirem-se por ele. (...)

* * *

Os reflexos negativos que as divergências provocaram no próprio meio do nosso Partido e no desenvolvimento da luta unitária contra a ditadura não devem ser subestimados, ao contrário, devem ser tidos na sua devida conta, aconselham atenção e vigilância da nossa parte e uma preparação cuidada em todo o Partido que lhe permita conduzir com calma, mas com o máximo de vigor, um sério combate contra todas as concepções oportunistas de esquerda e de direita e contra todas e quaisquer tendências fraccionalistas que surjam.

Se ainda não surgiu nenhum grupo organizado intitulando-se partido comunista, surgiu já um grupito actuando particularmente no estrangeiro e do estrangeiro, dispondo já de meios de propaganda nada pobres, do ponto de vista de apresentação. Meia dúzia de agentes seus procuram lançar a confusão entre alguns meios operários, mas especialmente entre os estudantes e intelectuais, de onde quase todos são oriundos. Para isso servem-se de tudo, desde as belas palavras ultra-revolucionárias, passando pela demagogia, pregando e fazendo correr com certo ar de segredo que têm mundos e fundos que este ou aquele comité regional do Partido se passou para eles, que vários elementos do nosso Comité Central estão também de acordo com eles, até às calúnias mais grosseiras contra os dirigentes do Partido. Na tentativa de se imporem às forças anti-fascistas como uma organização válida desenvolvem um frenético trabalho subterrâneo aqui e ali no sentido de provocarem a confusão, procuram contactar com todos os elementos do Partido e outros que conhecem, quer pelo correio enviando a sua propaganda, quer por meio de cartas onde a mentira sobre o nosso Partido se mistura com a demagogia e a calúnia, quer pelo contacto directo.

Em vez de se subestimar os possíveis efeitos confusionistas e desagregadores desse grupelho (como em certa medida se tem feito) onde haverá alguns jovens bem intencionados, sinceramente dispostos a lutar, torna-se cada vez mais necessário travar larga discussão em todos os organismos do Partido e com todos os militantes sobre as divergências surgidas no movimento comunista internacional e do significado e alcance do trabalho anti-partido do grupelho desprezível que surgiu entre nós, fornecendo dados e apontando factos concretos sobre as duas linhas de orientação que se enfrentam hoje no movimento comunista internacional; sobre o papel determinante que hoje desempenha o campo socialista no desenvolvimento da sociedade; sobre a contradição fundamen-

tal da nossa época, isto é, a luta entre o socialismo e o capitalismo; sobre os problemas da paz e da guerra e da possibilidade real de nos nossos dias impedir que os imperialistas desencadeiem uma nova guerra mundial; sobre a política de coexistência pacífica entre Estados com regimes sociais diferentes e da necessidade de se aplicar na prática esta justa linha de orientação; sobre o centralismo democrático e a unidade do Partido; sobre a unidade da classe operária e a sua aliança com os camponeses; sobre a unidade anti-fascista e o papel do Partido Comunista e da classe operária nelas; sobre o caminho a percorrer no nosso país para se chegar ao levantamento nacional armado para derrubar a ditadura fascista e instaurar a democracia em Portugal e avançar sempre avante para novas conquistas sociais, etc.

Será por um imenso trabalho de esclarecimento político e de organização ligado sempre à acção prática que a situação se aclarará e que se derrotarão tanto as tendências sectárias de esquerda como os desvios oportunistas de direita no seio do Partido e entre o movimento operário português.

Só o convencimento sobre a justeza da linha política do Partido e do movimento comunista internacional pode levar os militantes à acção entusiasta. Importa, pois, eliminar do nosso trabalho as formas que consistem em dar ordens e a tendência para tudo resolver em nome da disciplina e do centralismo democrático.

É uma luta árdua que temos de travar pela defesa da unidade interna do Partido e pela defesa e aplicação da sua linha política, o que implica a necessidade imperiosa de levar a cabo um sério e metódico trabalho de organização e de estruturação, condição indispensável para se ir realizando na prática dia a dia a linha do Partido mobilizando, organizando e conduzindo à acção o proletariado e as largas massas populares pelas suas reivindicações mais imediatas, sempre orientadas para a perspectiva do derrubamento da ditadura fascista e a instauração de um regime verdadeiramente democrático em Portugal.

Por exemplo, a luta pela liquidação das bases militares estrangeiras no nosso país é ainda demasiado débil para o perigo real que representam para o povo português e para Portugal; intensificar as acções modestas como inscrições, agitação vária, exposições dirigidas às autoridades governamentais, propaganda esclarecendo as populações sobre os perigos que representam as bases instaladas no nosso país, levantando os seus sentimentos patrióticos e

ensinando-lhes como devem actuar, até às manifestações de massas junto dessas bases, é tarefa que importa encarar com espirito resolutivo. Em ligação com isto é preciso encarar também seriamente iniciativas práticas mais audazes tendentes a intensificar a luta da classe operária e das massas populares pela saída de Portugal do agressivo Pacto do Atlântico.

De mãos dadas com os revanchistas da Alemanha Ocidental, os imperialistas norte-americanos procuram criar uma força nuclear multi-lateral. A aprovação deste perigoso plano bélico imperialista por parte da camarilha salazarista comprometeria mais ainda o presente e o futuro do povo português e de Portugal. Alertar, mobilizar e organizar as largas massas populares sobre o perigo que tal facto pode trazer para o nosso país e para impedir o governo fascista de Salazar de votar a favor da criação da força nuclear multi-lateral na base do Pacto do Atlântico é uma outra tarefa inadiável do nosso Partido na hora presente. Assim, ao mesmo tempo que defendemos os interesses do povo trabalhador e da nação, daremos uma contribuição prática à luta pela defesa da paz mundial.

Em relação à guerra colonial que os coloniais portugueses conduzem contra os povos das colónias portuguesas, a luta contra ela necessita de ser elevada a níveis superiores. Tudo o que se tem feito tem sido positivo e deve continuar a alargar-se. Mas é necessário encarar seriamente outras formas de luta. A propaganda de esclarecimento tem de ser nacional com vista a alertar e preparar todos, porquanto raramente se tem conhecimento com antecedência de onde vão partir os soldados e quando, para acções várias e manifestações tendentes a retardar a partida de tropas, dificultando a saída dos combóios das localidades, deitando-se os manifestantes nas linhas férreas, sabotando as máquinas dos combóios nas estações e depósitos, pondo obstáculos de vária ordem nas estradas para impedir a marcha dos camiões militares, sabotando e inutilizando material de guerra sempre que as condições o aconselhem e propiciem. Por todas as formas deve fomentar-se a criação de um verdadeiro ambiente nacional contra a guerra colonial, ligando-a à luta pelas reivindicações mais imediatas dos trabalhadores e pelo derrubamento da ditadura fascista.

A vida da classe operária e restantes trabalhadores da cidade e do campo é cada vez mais difícil, não apenas por os salários não corresponderem ao elevado nível do custo de vida, mas também pelos ritmos infernais de trabalho e insegurança no trabalho, por tremendas dificuldades de adquirir habitações dignas desse nome, etc. Não basta, porém, assinalarem-se os factos, é necessário indicar-se uma solução para eles e o caminho a seguir para isso. O nosso Partido indica que esse caminho é a luta diária, a organização, a unidade da classe operária e

restantes trabalhadores. Mas também isto não basta. É necessário que as organizações do Partido, que cada militante comunista onde quer que se encontre, mesmo isolado, estudem as formas práticas de agitação e propaganda, de organização e de luta baseando-se sempre na linha geral do Partido e nas decisões dos seus organismos centrais.

A organização dos operários e restantes trabalhadores da cidade e do campo em Comissões de Unidade de vários tipos nos locais de trabalho para organizarem e conduzirem a acção reivindicativa junto dos patrões e dos sindicatos, em comités de greve e outros, em células do Partido, etc., etc., é a unidade palpável da classe operária. Mas esta unidade só poderá reforçar-se, alargar-se e tornar-se a força que arrasta e mobiliza e conduz ao combate as massas laboriosas e outras camadas da população atingidas pela nefasta política fascista e dos monopólios, por meio da luta constante em todos os locais de trabalho, e concentrações de massas, de estudo, nos quartéis e nos barcos de guerra pelas suas reivindicações económicas, contra a vida cara, pela liberdade sindical e pelo direito de greve, pela diminuição do serviço militar e melhores prós e ordenados, pela autonomia da Universidade e por uma reforma do ensino progressista, pela liquidação das bases militares estrangeiras no nosso país, pela cessação das experiências com armas nucleares e destruição completa destas armas, pelo desarmamento, pela defesa da paz no mundo, não deixando sem resposta, pequena ou grande, nenhuma provocação dos imperialistas onde quer que ela se manifeste e tenha lugar.

Será pela convergência de todas estas lutas de massas que a união de tudo o que Portugal tem de são e progressivo será uma realidade palpável suficientemente forte e ampla para conduzir o povo português ao levantamento nacional, à insurreição armada contra a ditadura fascista e pela instauração de um regime verdadeiramente democrático em Portugal.

Será também assim que o nosso Partido, a nossa classe operária, o nosso povo, darão uma contribuição preciosa à luta geral pela liquidação do odioso sistema colonial e do imperialismo.

É entre as massas trabalhadoras e em primeiro lugar entre a classe operária que todos os comunistas devem mergulhar profundamente porque é de lá que nos vem toda a riqueza revolucionária, a força de vontade, a confiança e a energia sempre renovadas para o trabalho e a acção revolucionária pela democracia, a paz, o progresso social, o socialismo e o comunismo. Agindo assim, aumentaremos as possibilidades de cometermos menos erros e de menos gravidade, defenderemos melhor o Partido, tanto da acção policial fascista como da acção desagregadora dos arrivistas e aventureiros de toda a espécie, tornaremos o nosso Partido Comunista maior, mais sólido e aguerrido.



Não poupemos esforços e não regateemos sacrifícios para unir e organizar a classe operária e selar a sua aliança com os camponeses e nesta poderosa base assentar a união de todos os democratas e anti-fascistas portugueses contra a ditadura, pela democracia.

Não poupemos nenhum esforço para que a próxima conferência internacional dos Partidos Comunistas e Operários seja uma nova reafirmação de unidade e coesão do movimento comunista internacional e de todos os países socialistas.

«ELEIÇÕES» PARA DEPUTADOS

UMA EXPERIÊNCIA DE 1961 QUE DEVERÁ SER ÚTIL EM 1965

Muito cedo se começou a trabalhar no distrito de Santarém em 1961 com vista às eleições para deputados. Quase desde o princípio do ano. Nalgumas terras foi feita uma boa campanha de recenseamento. Mas foi a partir de Abril ou Maio que esse trabalho passou a ser mais organizado, estabelecendo-se contactos entre várias localidades. Aqui e ali foi impulsionada a criação de Juntas de Acção Patriótica e de Comissões Eleitorais. Foi à base de umas e doutras, consuante a actividade exigia aspecto legal ou ilegal, que se foi interligando o trabalho. Tanto as Juntas de Acção Patriótica como as Comissões Eleitorais desempenharam importante papel.

Foram realizadas muitas reuniões, quer locais, quer regionais e, mesmo até, reuniões de

delegados de diversos concelhos e freguesias. Nessas reuniões eram discutidos todos os problemas concernentes à campanha eleitoral: verificação das inscrições dos eleitores que as haviam pedido, reclamações, organização de listas de futuros proponentes das candidaturas, elaboração de listas de possíveis candidatos, abordagens aos indigitados, contactos com os democratas não integrados nas Juntas nem nas Comissões, etc.

Era ponto assente que se deveria trabalhar para que a lista de candidatos fosse o mais representativa possível, quer das diversas correntes, oposicionistas, quer de regiões. Ao fim de várias diligências, o espírito geral era de aceitação de uma lista unitária. Nomes chegaram a ser alvitados e alguns aceites.

A luta contra o abstencionismo

Nos contactos da organização unitária existente com outros democratas, procurou-se sempre que em conjunto fosse convocada uma ou mais reuniões de todos os democratas que alguma vez tivessem participado em comissões oposicionistas do distrito, para se discutir o problema eleitoral. Por uma outra razão invocada, tal desejo defendido pelas Comissões Eleitorais foi sempre dificultado, até que os democratas, que no passado defenderam o abstencionismo, e que eram os que não participavam nos organismos unitários, passaram a defender de novo a abstenção no distrito e declararam-na unilateralmente como coisa assente. Essa não era, porém, a opinião das Comissões Eleitorais nem das massas.

A partir de então, as coisas, de certo modo, estagnaram. Não a actividade das comissões, que redobrou, nem a insistência das massas, que se fazia sentir junto das comissões. Mas deixando-se levar por grande dose de seguidismo, as Comissões Eleitorais e as Juntas dirigiram todos os seus esforços no sentido de demover os abstencionistas, agarrados à ideia da lista ideal e de certo modo preocupados com a quebra de unidade, que afinal não existia, com os democratas mais moderados. Foi um tempo precioso que se perdeu. Se se tivesse publicado imediatamente um manifesto ao povo do distrito, se se tivesse ido imediatamente para a divulgação de uma lista de candidatos que se informasse estar sujeita às modificações que os democratas do

distrito entendessem dever fazer-lhe em reuniões unitárias, talvez, se se tivesse procedido assim, os abstencionistas tivessem vindo à intervenção e à unidade. As próprias massas, se apeladas a isso, poderiam tê-los pressionado nesse sentido.

A ideia que se espalhava, com desgosto das massas, era a de que no distrito de Santarém não haveria lista da Oposição. Isto era o que os abstencionistas diziam a todos os democratas que os abordavam.

A tal reunião de democratas participantes de antigas comissões, deveriam ter sido convocada pelas Comissões Eleitorais existentes e aí, com a participação dos que comparecessem, tomar-se decisões, criarem-se comissões onde as não houvesse, lançar-se novo manifesto aos democratas do distrito, passar-se a um trabalho de massas ainda mais amplo e mais aberto.

De tal forma se estava embrenhado no seguidismo que, horas antes da entrega da proposição das candidaturas, ainda se fazia diligências, ainda se insistia com certas individualidades para que participassem na lista, o que motivou que esta só fosse entregue no Governo Civil nos últimos 5 minutos do prazo.

A divulgação da lista através dos jornais da tarde, foi como que uma bomba que caiu no distrito. Pôde então ver-se melhor pela satisfação das massas o quanto elas desejavam a participação na luta eleitoral.

A luta contra a repressão

Depois, tudo aquilo que se pretendeu fazer com tempo e que se começou com tempo bastante, teve que se realizar à pressa, numa actividade frenética e esgotante que expôs à repressão todos os que participaram na imposição da lista de candidatos. Isto motivou que a actividade das Comissões de Apoio passasse a ter que estar fundamentalmente virada para a luta contra a repressão.

Logo na madrugada diaseguinte, a PIDE e a GNR prenderam 40 democratas, entre os quais 17 proponentes das candidaturas. E, depois, mais e mais. Na luta contra a repressão, os candidatos, as Comissões, as Juntas e o Partido chamaram o povo à luta. Imediatamente os candidatos protestaram por telegrama junto do Presidente do Conselho contra as prisões. Logo de seguida também, foram enviados, só de Alpiarça, cerca de 100 telegramas com mais de 400 assinaturas em apoio daquele protesto. E o povo

passou a resistir às prisões, que nalguns dias impediu, montando piquetes permanentes de vigilância e lançando morteiros para alertar a população da presença das forças repressivas. Mais do que uma vez o povo veio à rua com valentia em manifestações de protesto que nem os tiros disparados pela GNR fizeram dispersar. Várias greves se verificaram. Só num dia, os manifestante eram cerca de 3.000, e de tal maneira estavam indignados e aguerridos que os fascistas locais, temerosos da ira popular, reclamaram contra a repressão e alguns passaram a fazer dormir em suas casas outros familiares e o próprio sargento da GNR dormiu alguns dias na quinta dum agrário.

Apesar de algumas deficiências, a imposição das candidaturas foi uma importante vitória política, tornada possível pelo bom trabalho de base realizado.

Que a lição de 1961 possa ser aproveitada.

DUAS QUALIDADES IMPRESCINDÍVEIS

A luta exige dos comunistas um determinado conjunto de qualidades. Em cada período da vida do Partido e de acordo com as condições da luta, algumas dessas qualidades tornam-se fundamentais. Isto não significa que cada comunista não deva sempre procurar desenvolver todas elas, mas quer dizer que há que prestar maior atenção, que ser mais rigoroso, mais exigente com cada um, começando por nós próprios, no que respeita aquelas de que, no interesse do Partido, devemos em cada ocasião dar maiores provas.

No momento presente, sob o domínio da ditadura fascista feroz e sanguinária, que não olha a meios nem a processos na repressão ao movimento popular ascendente, duas qualidades são necessárias e imprescindíveis a todos os membros do Partido — a firmeza intransigente frente ao inimigo e a noção de defesa conspirativa.

A firmeza frente ao inimigo

A firmeza frente ao inimigo, é uma qualidade básica permanente, exigida em todas as circunstâncias e sem a qual ninguém poderá atribuir-se o honroso título de comunista. Nas duras condições do fascismo, porém, esta qualidade tem que ser desenvolvida ao máximo e enriquecida com a noção de que, uma vez caídos nas garras do inimigo, para cumprirmos com o nosso dever para com o Partido e o Povo, poderemos ter de a comprovar com o sacrifício máximo — o da própria vida.

Cada camarada deve admitir que pode vir a ser preso e torturado, que pode mesmo vir a ser assassinado. E deve admiti-lo, não como coisa remota, mas como uma possibilidade bem real. Por isso não há que pensar que talvez nunca haja necessidade de pôr esta qualidade à prova. Antes, deve alicerçar bem em si a ideia de que, sejam quais forem as consequências da prisão, que sejam quais forem as torturas e os maus tratos por que vier a passar, para que possa

continuar a ser digno da estima dos seus camaradas, para que se mantenha íntegro, só tem um caminho — o da honra — que significa nada dizer à polícia que possa beneficiar o inimigo e prejudicar o Partido.

Nunca é de mais insistirmos neste ponto. Ao Partido chegam constantemente novos militantes e, devido à repressão, por um lado, e ao aumento das tarefas que o desenvolvimento da luta nos coloca, por outro, o quadro de funcionários tem que se reforçar frequentemente. Por isso, há que insistir na necessidade do desenvolvimento desta qualidade, a qual deve ser atribuído de todos os membros do Partido e não apenas de uns quantos, dos mais responsáveis, como alguns camaradas poderão pensar, e pensar dadas as justificações que muitas vezes aparecem para os casos de traição. A traição não tem desculpa, quer se trate de um camarada mais responsável ou menos responsável. A traição é sempre traição. As suas consequências é que poderão ser maiores ou menores se cometida por camarada de escalão superior ou inferior. Mas o que caracteriza a traição não é o volume das suas consequências. O que a caracteriza é que aquele que a pratica serve o inimigo e atrasa a revolução, desservindo o Partido e o Povo.

O nosso Partido tem hoje entre as massas um enorme prestígio. Este prestígio foi alcançado ao longo de muitos anos de luta, à custa de muitos sacrifícios, mercê de inúmeras provas dadas pelos comunistas. Todo aquele que trai, fazendo declarações à polícia, está abalando esse prestígio. E isso, só por si, mesmo que cada traição não trouxesse outras consequências, seria razão suficiente para que o



mau porte da polícia, as denúncias, o fornecimento de dados sobre a vida do Partido, fosse condenado. As traições debilitam o Partido, desprestigiando-o. Não há ninguém, que se entregue sinceramente à luta, que ame verdadeiramente o Partido e o Povo e que esteja disposto a servi-los, que traia.

A traição não é só cobardia. É também a negação de tudo o que anteriormente se fez de positivo. É a negação do próprio indivíduo, o qual se transforma num farrapo.

Num partido de vanguarda, como o Partido Comunista, não há lugar para os traidores. As incompreensões, as deficiências de cada um, os erros até, podem ser corrigidos e o Partido sempre se esforça por ajudar todos os camaradas a melhorar. Tudo o que é passível de correção pode ser corrigido. Mas a traição não tem emenda nem correção possível. O traidor morre para o Partido e para o Povo. E a morte não tem cura. Os traidores, se alguma vez o Povo de eles se lembra, é com asco e com desprezo, é incluindo-os no número dos seus maiores inimigos. A estima e a admiração do povo vão para os que, nas piores condições, continuam fiéis aos princípios que dizem defender.

O Partido necessita que todos os seus militantes sejam firmes e dedicados, que dêem garantia de um comportamento, frente à polícia. Quem não tenha disposição para tal quem não possa dar tais garantias, está a mais no Partido.

A importância de se ser vigilante

A noção de defesa adquire também nas actuais circunstâncias enorme importância. Não estar permanentemente alerta contra os perigos que nos cercam, permitir que a polícia, por falta de vigilância ou por falta de cuidados conspirativos da nossa parte desfira golpes sobre o Partido, é facilitar o trabalho do inimigo, é servi-lo indirectamente.

Muito se tem insistido neste ponto. Mas a verdade é que se continua a verificar um certo relaxamento neste aspecto da vida do nosso Partido. Em princípios, todos estamos de acordo na necessidade duma maior vigilância, na necessidade de realizar um bom trabalho conspirativo. Mas na prática, o que se verifica, é que os golpes sofridos, apesar dos enormes meios de que a repressão dispõe, continuam a ser mais por culpa nossa do que por acção exclusiva das forças repressivas. As prisões, sendo impossível evitá-las totalmente, seriam em muito menor escala se houvesse da nossa parte uma maior sensibilidade quanto à defesa.

Na realidade, é de insensibilidade que se trata. Se cada um medir bem o grau de responsabilidade que sobre si pesa ao facilitar por negligência sua a acção do inimigo; se avaliar bem as consequências que cada prisão traz para o Partido, para a continuidade e desenvolvimento da luta; se tivermos em conta que o amor ao Parti-

do não exige apenas a defesa da sua linha justa, a realização interessada de todas as tarefas e uma firmeza intransigente frente ao inimigo a toda a prova, mas também a defesa dos seus quadros, não apenas dos outros mas de nós próprios também, então verificaremos que devemos pôr muito maior cuidado e interesse, que devemos ser rigorosos e exigentes no cumprimento das regras conspirativas, no estudo de todos os nossos actos no desempenho das tarefas que nos estão confiadas.

Também aqui, somos frequentemente levados a julgar da importância das faltas cometidas pelas consequências que delas advieram. Tal raciocínio não é justo. Se ao cometermos um erro na nossa actuação não pensamos com senso crítico nas consequências que tal erro poderia ter, somos levados a facilitar no futuro, cometendo os mesmos erros ou outros semelhantes. E duma próxima vez o inimigo pode estar lá. São inúmeros os casos desta natureza. Tiremos lições deles. Mas não apenas para reconhecermos a justeza destas considerações e sim, também, para fazermos como se impõe, uma viragem radical nos nossos métodos de actuação. Fazê-lo, é servir o Partido. Defender o Partido dos golpes do inimigo é uma tarefa como qualquer outra. Evitar que sejamos presos não é assunto que diga apenas respeito ao próprio. Diz respeito a todo o Partido. Além de que os cuidados de um camarada podem ser prejudicados, senão anulados, pela falta de cuidados de outro com quem contacte, não é apenas a nossa prisão que está em causa. A certeza de termos um bom porte na polícia não pode levar-nos a negligenciar a defesa conspirativa. A continuidade das prisões traz consigo o abaixamento, pelo menos momentaneamente, do nível do Partido, pois o quadro chamado a preencher a vaga deixada pelo camarada preso não tem ainda a sua experiência e levará tempo a adquiri-la. Além disso, cada prisão, cada casa assaltada, representa uma derrota para o Partido que não soube defender-se convenientemente.

Uma boa defesa, que evite os golpes susceptíveis de ser evitados, é uma tarefa que tem também o seu aspecto político. Quanto menos prisões sofrirmos, maior confiança daremos às massas, maior será o número dos que virão até nós.

Um bom porte na polícia e uma boa defesa conspirativa, são qualidades que devem andar a par em todo o militante desejoso de servir o Partido. Um comportamento digno frente ao inimigo deve ser exigido a todos os comunistas e por ele devemos batalhar incansavelmente. Mas antes nunca tenhamos que provar desta forma a nossa dedicação. Preferível será que por meio duma boa actuação conspirativa evitemos as prisões e as limitemos àquelas que são consequência da própria luta.

Um bom porte na polícia e uma boa defesa conspirativa são qualidades imprescindíveis a todo o militante.